

# **POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTAGONISMO ESTUDANTIL**

Secretaria de  
Educação



PREFEITURA DE  
VITÓRIA



***POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTAGONISMO ESTUDANTIL***

**VITÓRIA, ES  
2018**





**Luciano Rezende**

Prefeito

**Sergio Sá de Freitas**

Vice-Prefeito

**Adriana Sperandio**

Secretária de Educação

**Maria do Carmo Starling de Oliveira**

Subsecretária de Gestão Educacional

**Janine Mattar Pereira de Castro**

Subsecretária de Gestão Pedagógica

**Sueli Mattos de Souza**

Subsecretária de Gestão Administrativa e Financeira

**Fabiola Grecco Menegaz Pedroni**

Secretária Executiva

**Jacqueline Vargas Consoli Bressan**

Gerente de Gestão Escolar

**Maria da Conceição de Paula Soares**

Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos de Escola e Colegiados Estudantis

#### **Equipe Técnica de Elaboração**

Betânia Biancardi de Carvalho

Fátima Dias da Motta

João Jorge de Oliveira

Karla Veruska Azevedo

Fátima Rodrigues Burzlaff

Flávio Marcus Ramos Fernandes

Vanessa Guimarães

Patrícia Piana de Andrade

Angela Francisca Caliman Fiorio

Maristela Gatti Piffer

Renata Nascimento da Silva





## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	<b>4</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2. INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>3. PROTAGONISMO NO CONTEXTO EDUCACIONAL: CONCEITOS E PRESSUPOSTOS</b>	<b>10</b>
<b>4. MARCO LEGAL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES</b>	<b>19</b>
<b>5. PROTAGONISMO NO CONTEXTO EDUCACIONAL: PRÁTICAS E VIVÊNCIAS</b>	<b>24</b>
5.1 NA EDUCAÇÃO INFANTIL	24
5.2 NO ENSINO FUNDAMENTAL E EJA	25
5.2.1 A aula como evento dialógico	25
5.2.2 – Na Educação Integral com Jornada Ampliada	28
5.2.3 Práticas de protagonismo na Educação Integral: nas Escolas de Tempo Integral	29
5.3 PRÁTICAS DE PROTAGONISMO COM O PÚBLICO DA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	33
<b>6. PROTAGONISMO COMO FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA E COMPARTILHADA</b>	<b>35</b>
6.1 REPRESENTANTES DE TURMA	37
6.1.2 O Conselho de Representantes de Turma – CRT	38
6.2 REPRESENTANTE NO CONSELHO DE ESCOLA: ESTUDANTE CONSELHEIRO	39
6.3 GRÊMIO ESTUDANTIL: UM ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO	41
6.4 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: RÁDIO ESCOLA	46
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>52</b>
<b>8. REFERÊNCIAS</b>	<b>53</b>



## PREFÁCIO

A Educação de Vitória, ao longo dos anos, vem, gradativamente, superando o desafio da cobertura das matrículas, atingindo a universalização do atendimento na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, para concentrar toda a força de trabalho na qualidade da educação oferecida. Tal avanço requer, simultaneamente, condições escolares adequadas para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, uma dinâmica escolar voltada para o processo de aprendizagem, a profissionalização da docência, a democratização da gestão pública educacional e, conseqüentemente, escolar, o estabelecimento de articulação entre instâncias governamentais e sociedade civil, a avaliação periódica dos resultados pedagógicos, técnicos e de gestão obtidos, bem como a presença ativa da comunidade e, em especial, das famílias nos assuntos educacionais.

No que se refere à estrutura governamental, merece destaque a necessária integração/articulação das políticas educacionais junto às demais políticas públicas que compõem a Área Social, pela efetividade na atenção à família e na proteção à criança e ao adolescente, o que pressupõe, ainda, o envolvimento do Ministério Público e dos Conselhos Tutelares, na condição de guardiões deste direito.

O serviço educacional realizado pelo município se caracteriza uma POLÍTICA DE ESTADO, contempla e busca alcançar as metas e estratégias contidas no Plano Municipal de Educação de Vitória - PMEUV, a partir da implementação de programas, projetos e ações comprometidas com o direito de aprender de todos e de cada estudante matriculado nas Unidades Escolares municipais.

A construção social das políticas públicas pactuadas por meio dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação requer, ainda, a adoção de medidas robustas, sob o ponto de vista das metas e estratégias que implicam ampliação de recursos financeiros, haja vista a evidente sobrecarga para a municipalidade. Afinal, dos 17 anos da escolarização compreendida pela Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), o município é responsável por 14 anos de estudos, e destes, 11 de caráter obrigatório, inclusive, a modalidade EJA, em detrimento do potencial de arrecadação financeira dos demais entes federados.

Para seguir avançando na qualidade social do atendimento educacional realizado, faz-se necessário pactuar conceitos e diretrizes que assegurem unidade na diversidade que caracteriza as comunidades escolares. Nesse sentido, a partir de um conjunto de princípios norteadores da educação municipal, os educadores de Vitória, coletivamente, produziram ou atualizaram, ao longo dos últimos 4 anos, os seguintes documentos que ora apresentamos:

- Política Municipal de Educação Especial;
- Política Municipal de Educação de Jovens e Adultos - EJA;
- Política Municipal de Formação Continuada para os Profissionais da Educação;
- Política Municipal de Educação Integral;
- Política Municipal de Protagonismo Estudantil;
- Guia de Mobilização Estudantil;
- Documento Orientador para as Escolas Municipais de Ensino Fundamental em Tempo Integral;

O processo de implementação das Políticas Educacionais, inclusive das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental/EJA, pactuadas e publicadas neste ciclo de Gestão,



implicará, no âmbito escolar, a adoção de algumas medidas, quais sejam:

- Revisão e adequação do Projeto Político Pedagógico – PPP - a ser coordenada, em cada Unidade Escolar, pelo Diretor, com o apoio dos Pedagogos e Coordenadores escolares;
- Estudos aprofundados dos documentos elaborados - a ser coordenado pelos Pedagogos com apoio do Diretor, sob a orientação das Gerências da SEME Central;
- Apresentação dos documentos junto a todos os membros que compõem o Conselho de Escola, além de ampla divulgação para a Comunidade Escolar;
- Apropriação pelos estudantes dos documentos citados, em especial, os afetos à participação e protagonismo estudantil;

Neste sentido, é importante registrar, ainda, que à SEME Central compete apresentar os referidos Documentos produzidos e publicados para as Instituições de Ensino Superior - IES, Conselho Municipal de Educação de Vitória - COMEV, Fórum Municipal de Educação de Vitória - FMEV, Conselho de Alimentação Escolar - CAE e demais Órgãos de Controle e Conselhos Sociais, bem como disponibilizá-los ao acesso da comunidade em geral.

Por fim, convidamos todos os profissionais da educação: docentes, técnicos e administrativos, a priorizarem, em suas rotinas de trabalho, o estudo, a aplicação e o debate das Políticas e Diretrizes Educacionais, por considerarmos o impacto positivo destes no alcance da equidade e melhoria da qualidade do Ensino Público Municipal, ampliando as oportunidades para os estudantes das Unidades Escolares de Vitória.

**Adriana Sperandio**

Secretária Municipal de Educação





## 1. APRESENTAÇÃO

### **Aprendendo a ser cidadão, exercendo a cidadania.**

A Secretaria Municipal de Educação da cidade de Vitória tomou a importante decisão de fortalecer os espaços de participação no contexto escolar. Trata-se de uma medida essencial para que a comunidade educativa escolar possa utilizar de forma construtiva e criativa todo o potencial dos sujeitos que interagem no processo pedagógico.

Apresentar a POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTAGONISMO ESTUDANTIL no contexto educacional da Rede Municipal de Ensino de Vitória é ao mesmo tempo uma honra e uma alegria.

Para que um país consiga realizar o potencial que cada cidadão carrega em si, é preciso que todos possam se expressar, opinar, participar e decidir.

O exercício pleno da cidadania implica o reconhecimento de que crianças e adolescentes, para serem cidadãos, devem ter assegurados: o direito de ter direitos; o direito de conhecer seus próprios direitos; o direito de usufruir livremente dos seus direitos e o direito de construir, a cada dia, novos direitos.

No contexto escolar a ideia de participação é decisiva pois todo processo de aprendizagem passa pelo desejo do sujeito, pelo querer aprender. Por isso a adesão ao processo educativo vai depender de quanto os sujeitos se sintam envolvidos, comprometidos e interessados. Sem participação a presença dos/as estudantes na escola pode se reduzir ao cumprimento da formalidade imposta de “ir à escola” sem necessariamente pertencer a escola e se sentir participante dos processos de construção do conhecimento que nela se desenvolvem. Processos participativos aumentam a autoestima dos sujeitos, estimulam a criatividade e são mecanismos importantes para reduzir vulnerabilidades.

A opção da Rede Municipal de Ensino de Vitória de introduzir o conceito de protagonismo de crianças e adolescentes no contexto da participação é muito importante para diferenciar os espaços e as responsabilidades.

Quando se fala em protagonismo de crianças e adolescentes a ênfase está em garantir espaços





para tomar as decisões que lhes cabem para seu próprio desenvolvimento. Neste sentido, é preciso ficar sempre atento para não reduzir o protagonismo a meras participações ilustrativas e nem sobrecarregar os estudantes com decisões que são de responsabilidade dos adultos.

Este documento dimensiona bem os espaços de protagonismo e cabe a cada escola, por meio de sua comunidade educativa, aplicar estes conceitos e diretrizes ao dia a dia de seu projeto pedagógico. Participação e protagonismo são dinâmicas que se constroem progressivamente dentro da escola. Uma escola democrática é resultado de processos consistentes de diálogo, participação, protagonismo e mecanismos de gestão que estimulam a interação de todos os sujeitos que dela fazem parte.

Os cinco capítulos deste documento estão organizados para que um processo denso e profundo de práticas de protagonismo seja disseminado pelas escolas e contribua para melhorar as relações interpessoais, as dinâmicas de aprendizagem e, principalmente, os resultados que todos querem alcançar: uma escola onde se aprendam as coisas importantes para a vida, experimentando-as concretamente no cotidiano. Participação não é algo que se aprende para aplicar no futuro. Participação se aprende participando!

O sucesso destas diretrizes vai depender do compromisso que cada profissional da educação, cada estudante, cada pessoa que faz parte da escola tem para exercer seu protagonismo e respeitar o protagonismo dos outros num processo contínuo de diálogo e produção de consensos para alcançar o bem comum, isto é, a felicidade de todos.

Que este documento inspire ações para o fortalecimento da democracia na escola e na sociedade. Crianças e adolescentes, sujeitos de direitos, protagonistas, participando ativamente na escola, na família e na comunidade, são a condição fundamental para o desenvolvimento sustentável de uma sociedade que quer ser mais justa e solidária.

Brasília, Outubro de 2018.

Mário Volpi

**Coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes do UNICEF no Brasil**



## 2. INTRODUÇÃO



O papel social da educação é um tema que, historicamente, tem se revelado fundamental no debate educacional, tanto no cenário nacional como na Rede Municipal de Ensino de Vitória que, atualmente, vem retomando essa discussão nos movimentos de atualização e implementação dos documentos curriculares. Entre as questões apontadas, cabe destacar a necessidade de ressignificarmos os sentidos da escola, possibilitando que:

[...] essa instituição se constitua como lugar de encontro, interação, socialização, partilha e construção do conhecimento, pois é isso que potencializa o desenvolvimento humano e é a escola um espaço de humanização, um espaço onde as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos podem consolidar sua natureza social, afetiva, histórica e cultural. Desse modo, quando falamos da escola, é de nossa própria história que falamos, uma vez que também nos constituímos nesse lugar, seja como profissionais da educação, seja como estudantes (Vitória, 2016, p. 30).

Reafirmando a importância dessas reflexões, a Secretaria Municipal de Educação de Vitória, por meio da Subsecretaria de Gestão Educacional e da Gerência de Gestão Escolar, sistematiza neste documento, o conceito de *protagonismo* como princípio que fundamenta a democratização dos processos educativos, com vistas a consolidar espaços tempos de efetiva participação dos estudantes na gestão da escola, da sala de aula, no desenvolvimento do currículo, no processo ensino aprendizagem e na proposição e avaliação das ações e nas tomadas de decisões.

Nessa direção, comprometendo-se com a formação ética e política dos nossos estudantes, são apresentados, neste documento, pressupostos que possibilitam pensar o *protagonismo* como metodologia para subsidiar práticas pedagógicas de participação ativa e responsiva dos educandos, visando à construção de suas próprias identidades para contribuir, não só com a Unidade de Ensino, mas também com sua comunidade e com o mundo.

A partir do desejo coletivo de que as orientações aqui reunidas possam promover o reconhecimento e a garantia dos direitos das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos,



este documento visa ao fortalecimento da participação política dos estudantes nas Unidades de Ensino, por meio das práticas de protagonismo nos cotidianos escolares. Nesse sentido, compreendendo a escola como espaço de pertencimento, buscamos oportunizar o envolvimento dos estudantes nos diálogos e decisões da gestão democrática, participativa e compartilhada.





### 3. PROTAGONISMO NO CONTEXTO EDUCACIONAL: CONCEITOS E PRESSUPOSTOS

A partir da expressão que deriva do grego *protagonistes*, onde “*protos*” significa principal ou primeiro e “*agonistes*” significa lutador ou competidor, o termo protagonismo foi muito utilizado nas artes cênicas, como no teatro, cinema e novela, referindo-se ao personagem principal da encenação.

No entanto, as narrativas históricas da década de 1960 expressam que “esse” protagonista ou ator protagônico parece não dar conta da representatividade social e política, quando se refere a um indivíduo somente. Considerando a diversidade dos sujeitos que compõem a sociedade, com seus distintos interesses e necessidades, afirmamos o protagonismo como possibilidade concreta do desenvolvimento do exercício da cidadania na coletividade, ao mesmo tempo em que se volta ao sujeito, à sua formação humana (SILVA, 2015).



Além disso, há marcos legais, como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que dispõe, no art. 205, a Educação como “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania [...]”.

Essa ideia passa pela compreensão de participação como processo inerente às aprendizagens, constituindo a escola como lugar de pertencimento e de participação social e política. Com base no sentido de “parte”, participação considera interesses e necessidades individuais para contribuir e conquistar ações para o bem comum de uma coletividade, o grupo ao qual pertence.

Nesse sentido, o *protagonismo* no contexto educacional pressupõe uma relação dinâmica entre participação, atuação, informação, responsabilidade, criatividade e respeito à opinião do outro. Essa relação pode ser problematizada em cada etapa/modalidade da Educação Básica, considerando os sujeitos do processo educativo: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em seus diversos contextos de vida.

Dessa forma, compreende-se que o protagonismo estudantil deve promover ações que colaborem





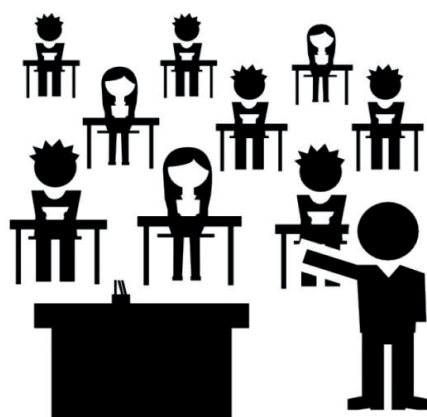
com a formação de sujeitos atuantes, que possuem valores éticos e com condições de exercer atitudes responsáveis e cidadãs como sujeitos da construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Ainda, com base nos estudos de Freire (2001), o estudante deve ter a consciência de que pode ocupar um lugar na história, com a convicção de que a mudança é possível, pois a história deve ser vista como uma possibilidade e não uma determinação.

Nesse sentido, Silva (2015) afirma que o protagonismo estudantil é uma possibilidade concreta do desenvolvimento do exercício da cidadania ao mesmo tempo em que se volta ao sujeito, em relação à formação da identidade, autoconceito e autoestima, que são componentes importantes para a formação da identidade e autonomia.

Sendo assim, ao tratarmos o *protagonismo* na Educação Infantil, dialogamos com as Diretrizes Curriculares Municipais para esta etapa da Educação Básica e reafirmamos a criança como produtora, sujeito de direitos que pertence à sociedade, que reflete, exprime e imagina de outro modo. Compreendendo que a criança tenha capacidade de se manifestar diante das contradições sociais, produzindo outras formas de significação, interrogamos os processos educativos:

- ☐ Consideramos as narrativas e os saberes das crianças nos processos históricos de constituição do currículo e da escola?
- ☐ Será que oportunizamos às crianças o desenvolvimento de suas competências como detentoras do poder de influenciar a vida coletiva?



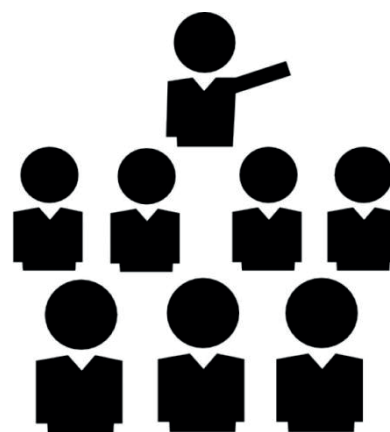
Com base em Sarmiento (2015, p.28), essa reflexão remete ao conceito da *autonomia* como “[...] possibilidade das crianças se sentirem em um contexto onde podem influenciar os outros”.

Para o autor, *autonomia* está associada a outros dois conceitos: *participação* e *poder*. Segundo ele, *participação* é “[...] tomar parte ativa, no sentido de construir o espaço coletivo, onde as crianças possam ter uma ação influente” (SARMENTO, 2015, p. 28).





Com relação ao *poder*, as crianças o exercem fora do lugar do adulto, de modo que esse poder possa ser partilhado, construindo uma vontade coletiva. Ainda segundo Sarmiento (2015), a prática de oportunizar esse poder às crianças, deve ser orientada em função de um bem comum “[...] para isso é indispensável a intervenção do adulto” (p.29).



Nessa esfera, corroboramos com Janer (2017, p. 33) “[...] que temos disponíveis para as nossas ações e estudos, um conjunto de conceitos que a nosso ver se referem ao *protagonismo infantil*, que é a nossa perspectiva em relação às crianças e seus processos”.

Em consonância, com as Diretrizes Municipais para a Educação Infantil afirmam que a participação efetiva das crianças deve ser constituída como um processo revelador de escuta atenta dos adultos às diferentes vozes infantis.

Essa forma de conceber o *protagonismo infantil* também pode ser observada nas Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental (Vitória, 2016), no capítulo em que expõe reflexões sobre sujeitos da aprendizagem e práticas de mediação. Reafirmando o lugar das infâncias nos processos educacionais, o documento retoma o conceito de criança como “[...] sujeito social, histórico e produtor na/da cultura, agindo e interagindo por meio das diferentes linguagens” (Vitória, 2016, p. 32).



Assim, evidencia a necessidade de pensarmos as crianças como sujeitos que participam na construção das próprias condições de existência, por meio das relações que vivenciam com as pessoas. Como sujeitos históricos, culturais e sociais, as crianças exercem influência nos modos de organização dos espaços tempos de aprendizagem e de participação política, provocando mudanças nos processos de gestão escolar.

Conforme defendido no documento curricular, essa forma de pensar as interações na gestão dos processos educacionais sustenta-se numa relação democrática, horizontal, dialógica e de respeito, pois, por meio dela, as crianças se constituem como sujeitos, sendo a escola o lugar privilegiado para essas trocas. Essa relação, portanto, não é passiva, uma vez que os sujeitos se



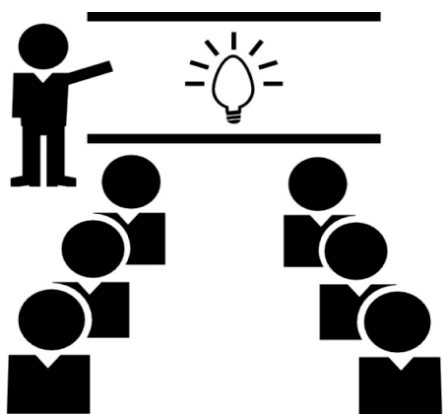


interinfluenciam, produzindo formas de estar e de se relacionar no mundo, buscando intervir em seu espaço físico e social. Nesse contexto:

Assumir a ideia de que o estudante é sujeito histórico e produtor de cultura significa assumir a relevância de sua contribuição neste processo, e que o docente não é o único detentor do conhecimento. Desta forma, consideramos que a prática pedagógica se consolida a partir de uma relação de igualdade e ao mesmo tempo de respeito às diferenças que constituem estes sujeitos, reconhecendo que o docente é o responsável por proporcionar as práticas de mediação necessárias à garantia da aprendizagem (Vitória, 2016, p. 33).

Tomando as diferenças como princípio orientador para promoção de práticas democráticas, nas Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental (Vitória, 2016) destaca-se a necessidade de reconhecermos as diferentes fases da vida dos estudantes, ressignificando as concepções que nos orientam e criando também novas bases de compreensão sobre as infâncias, as adolescências, as juventudes e a adultez, uma vez que as formas como vemos os sujeitos nessas diferentes etapas de suas vidas não podem estar desarticuladas do modo como agimos e interagimos com eles.

Compreendemos a importância do *protagonismo* exercido nas infâncias, na perspectiva de valorização/potencialização/empoderamento das vozes e das experiências das crianças. Costa (2001) defende que essa ideia constitui a essência para a prática do protagonismo na escola, trazendo contribuições para pensarmos as relações pedagógicas com os adolescentes e os jovens.



De acordo com o autor, o protagonismo é praticado quando reconhecemos os nossos estudantes adolescentes, jovens, adultos e idosos como sujeitos que atuam como “[...] parte da solução, e não do problema, que atuam no enfrentamento de situações reais na escola, na comunidade e na vida mais ampla” (COSTA, 2010, p.32).

De acordo com o autor, o *protagonismo* pode ser considerado:

[...] enquanto modalidade de ação educativa é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. [...] O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e



construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla (COSTA, 2001, p.179).

A partir desse contexto, apresentamos o *protagonismo* como prática de desenvolvimento de *cidadania, autonomia, responsividade*<sup>1</sup> a partir do reconhecimento dos estudantes, professoras<sup>2</sup> e equipe gestora como sujeitos *autores* de suas próprias histórias e ativos nos diferentes contextos sociais. Essa prática extrapola os limites da escola, materializando a promoção da participação política na sociedade.

Pertencentes ao contexto histórico, social, cultural e econômico atual, os estudantes vivenciam a contemporaneidade, em situações impregnadas de rótulos e apelos consumistas, buscando ganhar aceitação ou representatividade em determinados grupos sociais. É essa a realidade dos nossos estudantes, sobretudo dos adolescentes e jovens, na qual precisam se posicionar.



Considerando a cultura de participação como aquela que estimula trocas de conhecimentos, respeito às opiniões, proposição de ideias, atitudes de solidariedade, respeito às diferenças, convívio democrático e, partindo do princípio que são conceitos que se fortalecem em cada um a partir do momento em que temos discernimento sobre o real contexto social, político, econômico e cultural que vivenciamos, temos a responsabilidade de investir no desenvolvimento de ações que estimulem a vivência do protagonismo estudantil.

Falar de protagonismo implica também, além de outras reflexões, pensar que a participação dos estudantes não deve ser figurativa. As relações devem privilegiar a reflexão a respeito de problemas que emergem nos tempos atuais e sobre formas de atuação que possam contribuir positivamente em mudanças de situações que afetem as crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, assim como a educação e a sociedade, de forma geral. Portanto, um processo no qual o estudante ultrapasse os interesses pessoais e busque pensar também nas questões de interesse

---

<sup>1</sup> A partir das reflexões de Bakhtin (2003) e Bakhtin/Volochinov (2006), podemos definir responsividade como uma parte de um diálogo que está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra parte nesse diálogo. É a oposição ao locutor de uma contra palavra. É uma reação a partir daquilo que se compreende no processo de interação. Originalmente, Bakhtin (2003) e Bakhtin/Volochinov (2006) denominam de atitude responsiva ativa.

<sup>2</sup> Os documentos da Política de Educação no Município de Vitória constituem um marco do esforço coletivo para uma educação pública acolhedora da diversidade humana, contemplando os princípios de direito e equidade. Ao considerar o grande coletivo feminino que compõe o quadro de profissionais presentes nas Unidades de Ensino deste Município e, diante do reconhecimento a este estimado público, optou-se por tratar no gênero feminino a escrita da palavra professor. Destacamos ainda, que, em relação aos estudantes e aos demais profissionais, o texto permanecerá no gênero masculino.



coletivo, de modo que [...] a partir das regras básicas do convívio democrático, o jovem vai atuar para em algum momento de seu futuro, posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida e lúcida, com base não só em ideias, mas principalmente em suas experiências (práticas e vivências) concretas em face da realidade (COSTA, 2001 P. 39)

Debates sobre as temáticas relacionadas com os direitos humanos, com a diversidade sociocultural, com a cultura de paz, com o uso consciente das mídias, entre outras, emergem no momento que o estudante passa a ter uma posição mais crítica, atuante e consciente, uma atuação cidadã, uma cidadania plena em que tenha a oportunidade de exercer seus direitos civis, políticos e sociais. Conforme as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental, “Cidadania é a coragem de compartilhar dos esforços em instituir uma sociedade livre, justa e solidária como trata a Constituição Federal” (Vitória, 2016, p. 270).

Educar para a participação implica enxergar o estudante inserido num contexto social contemporâneo marcado pela diversidade cultural, pelo excesso de informações, pela velocidade da tecnologia e pelo relativismo ético e social que exige de todos os atores sociais iniciativa, compromisso, posições responsivas e decisões críticas e conscientes, diante do cenário de desafios que emergem em um mundo com rápidas transformações.

Para tanto, faz-se necessário destacar o papel da professora como mediadora dos processos de aprendizagens, levando-se em conta o ato reflexivo e o repensar a prática com vistas à construção da autonomia docente. Nesse sentido, a professora também assume papel de protagonista do seu processo formativo e pesquisadora da sua própria prática, já que mobiliza e constrói conhecimentos de acordo com as exigências da sua atividade docente. A mediação pedagógica, nesse contexto:

[...] é concebida como o conjunto de situações, possibilidades e recursos que são criados pelo docente e disponibilizados aos estudantes como forma de garantia do direito de aprendizagem. O docente mediador é aquele que percebe e compreende os processos internos vivenciados pelos estudantes e lhes possibilita meios para se apropriarem de novos aprendizados, que cria situações e problemas que os levem a superar estágios de desenvolvimento e concepções acerca da realidade à sua volta, bem como dos conceitos já construídos e a elaborar outros (Vitória, 2016, p. 34).

O protagonismo, como princípio praticado no contexto educacional, apoia-se na qualidade das





relações estabelecidas entre estudantes, professoras e funcionários das instituições de ensino. Destacamos, nesse contexto, a mediação da professora, no fortalecimento de espaços tempos que privilegiam um ambiente favorável à manifestação e expressão de ideias, opiniões, que por sua vez, devem ser priorizadas na construção das propostas de ação e projetos da Unidade de Ensino. Concordamos com Freire (1993) quando afirma que:

É preciso que o(a) educador(a) saiba que seu “aqui” e o seu “agora” são quase sempre o “lá” do educando. Mesmo que o sonho do(a) educador(a) seja não somente tornar o seu “aqui-agora”, o seu saber, acessível ao educando, mas ir mais além de seu “aqui-agora” com ele ou compreender, feliz, que o educando ultrapasse o “aqui”, para que este sonho se realize tem que partir do “aqui” do estudante e não do seu. Isto significa, em última análise, que não é possível ao educador(a) desconhecer, subestimar ou negar os “saberes de experiência feitos”, com que os educandos chegam à escola. (FREIRE, 1993, p. 39)



A efetivação, bem como o fortalecimento das ações de protagonismo, parte de uma postura do docente de escuta atenta e diálogo com as crianças/estudantes em um processo que precisa ser imbuído de significado para a criança, o adolescente, o jovem, o adulto e idoso, considerando seus interesses, suas necessidades. Segundo Freire, “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”.

Conceber o protagonismo como princípio e metodologia de trabalho, reafirmando o lugar da Educação na garantia de direitos, torna-se ainda mais relevante quando nos remetemos aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade da Educação Básica que expressa uma forma específica e diferenciada no que diz respeito à condução da prática pedagógica, à relação docente e estudante e à concepção de sujeito da aprendizagem.

Com uma longa trajetória, histórias e experiências de vida, os estudantes da EJA trazem marcas que evidenciam processos de marginalização e privação em determinados momentos de suas vidas, o que pode influenciar na participação efetiva no mundo do trabalho, da política e da cultura. A adoção do protagonismo como eixo condutor do trabalho com os estudantes da EJA pode, nesse contexto, situá-los como sujeitos críticos e participativos no tempo presente, apontando caminhos para o futuro e assegurando direitos outrora negados.





Todas essas denominações se inserem numa concepção de homem e mundo que pressupõe a democracia como forma de organização social e o engajamento crítico e consciente de cada sujeito na construção de suas identidades em consonância com o bem coletivo. O fortalecimento do protagonismo reverbera na pertinência dos assuntos que afetam a vida de cada estudante, favorecendo que as instituições, as escolas e as políticas públicas incluam em suas demandas as questões que afetam as crianças, os adolescentes, os jovens, os adultos e os idosos.

Com base no conjunto desses conceitos, apresentamos pressupostos para a prática do protagonismo:

- Reconhecimento dos estudantes (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso) como autores dos seus processos formativos, como sujeitos históricos, sociais, culturais, ativos, de direitos, produtores de conhecimento, críticos e autônomos;
- Escuta cuidadosa na relação com o estudante, para considerar as suas manifestações como pistas para a ressignificação da prática curricular e na tomada de decisões;
- Mediação pedagógica reflexiva, assumindo a dialogia como metodologia na criação e potencialização dos espaços tempos de protagonismo.
- Desenvolvimento do protagonismo para uma educação cidadã e democrática, integrada aos processos de decisão da escola, para superação dos desafios e resolução de problemas.
- Envolvimento dos estudantes nas discussões e decisões da gestão participativa, democrática e compartilhada, concebendo a escola como espaço de pertencimento, planejamento de ações e projetos escolares, bem como avaliação dos mesmos.

Por esse motivo, destacamos os processos formativos com as professoras para fomentar espaços tempos de escuta e valorização das diferentes expressões dos estudantes, bem como destacamos o diálogo como metodologia, a apropriação dos conteúdos por meio de um currículo vivo, a perspectiva histórico-crítica/cultural presente nas Diretrizes Municipais e as práticas de gestão democrática e participativa no que tange à formação humana como responsabilidade social da Educação.

Pretendendo romper com relações verticalizadas ou hierarquizadas, em que os estudantes são apenas cumpridores de tarefas e regras pré-estabelecidas, o município de Vitória busca fundamentar os processos educativos em conceitos como o *protagonismo*, para que os estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) exerçam o direito à participação democrática nos





diversos espaços tempos organizados na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

Apoiar e fortalecer a participação dos estudantes implica a reflexão em ser, conviver, estar junto e sentir-se pertencente na sociedade, com dignidade e direitos, dando importância e atenção às suas vozes, perspectivas e potencialidades.

[...] assegurar aos educandos o direito de participar na elaboração, discussão e revisão das normas, de maneira que elas tenham, neles próprios a sua origem e a sua finalidade. Tentar impor-lhes normas de “fora e do alto”, pretendendo com elas orientar seus passos, será sempre uma atitude recebida com indiferença e hostilidade. É como tentar fazer a felicidade das pessoas contra sua vontade. (COSTA, 2010, p. 63)

A participação propicia que os estudantes desenvolvam o sentimento de pertencimento no espaço escolar, a autonomia, a solidariedade, o trabalho em equipe e a promoção da cultura de paz no ambiente escolar.





#### **4. MARCO LEGAL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES**

Os movimentos estudantis demonstraram grande força em nosso país, por meio de ações históricas que podem ser comprovadas em várias fontes: livros, sites, documentários e relatos que remontam a sua história e importância no Brasil. A criação da Federação dos Estudantes Brasileiros em 1901 marca importantemente a história do Movimento Estudantil que teve grande crescimento nesse período:

Já em 1910 é realizado o I Congresso Nacional dos Estudantes, em São Paulo. O rápido aumento do número de escolas, nas primeiras décadas do século, acompanhou também a rápida organização coletiva dos jovens, que desde o início de sua atuação, estiveram envolvidos com as principais questões do país (UNE, 2016).

A União Nacional dos Estudantes - UNE é o órgão de representação estudantil de maior expressão em âmbito nacional, representando todos os estudantes brasileiros. O movimento estudantil secundarista de maior representatividade no Brasil é constituído pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES. As Uniões Estaduais Secundaristas, que desempenham o papel de representar os estudantes do Ensino Fundamental, Médio e Técnico de cada estado e a UMES – União Municipal dos Estudantes Secundaristas, desenvolvendo a mesma função das Uniões Estaduais em nível municipal, são formas de organização da UBES.

Observa-se que, historicamente, o movimento estudantil se manifestou contra a agressão à democracia e contra forças antinacionais, desde 1961 e, nesse contexto, a UNE passou a ser alvo de atentados com a tomada de poder pelos militares:

A primeira ação da ditadura militar brasileira ao tomar o poder em 1964 e depor o presidente João Goulart foi metralhar, invadir e incendiar a sede da UNE, na Praia do Flamengo 132, na fatídica noite de 30 de março para 1º de Abril. Ficava clara a dimensão do incômodo que os militares e conservadores sentiam em relação à entidade. A ditadura perseguiu, prendeu, torturou e executou centenas de brasileiros, muitos deles estudantes (UNE, 2016).

Ao final da década de 1960, estudantes e representantes de outros segmentos da sociedade participaram de protestos pela luta por mudanças no sistema de organização estatal





antidemocrática, pelo direito de serem ouvidos, pela liberdade de expressão, em suma, pela democracia. Os estudos de Carvalho (2008), acerca do percurso para a construção da cidadania no Brasil, apresentam fatos que marcaram esse período.

Nova retomada autoritária aconteceu em 1968. Neste ano, voltaram a mobilizar-se contra o governo alguns setores da sociedade, sobretudo os operários e os estudantes. Duas greves marcaram a retomada das manifestações operárias. Os estudantes saíram às ruas em grandes marchas pela democratização, e um deles, Edson Luís, foi morto em uma das manifestações (CARVALHO, 2008, p.161)

Ainda nesse período, no congresso da UNE, em Ibiúna/SP, os estudantes reuniram-se para discutir alternativas à ditadura militar. Houve invasão da polícia, muitos estudantes foram presos, mortos ou desapareceram, evidenciando a repressão e a restrição à liberdade de expressão que eram características desse período. Ocorreu também, no mês de junho, no Rio de Janeiro, a passeata dos Cem Mil, que reuniu artistas, estudantes, jornalistas e a população em geral, em manifesto contra os abusos dos militares.

Durante o governo do General Artur Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, foi assinado o Ato Institucional número 5 - AI 5, que restringiu ainda mais a liberdade dos cidadãos, cassou a liberdade individual, acabou com a garantia de Habeas Corpus da população, deu início à chamada linha dura do regime militar. Para o Movimento Estudantil, a consequência do AI 5 foi sua extinção legal, levando-o para a clandestinidade. O regime ditatorial aplicou também um outro decreto suprimindo os direitos expressivos de professoras, estudantes e funcionários:

Em fevereiro de 1969, foi promulgado o Decreto-Lei 477, decorrente do AI-5 nas suas Portarias 149-A e 3.524, e aplicado aos professores, alunos e funcionários, proibindo qualquer manifestação de caráter político ou de contestação no interior das instituições educativas. Foi nesse clima de controle, ameaça e insegurança individual que se formaram profissionais de nível superior e dentre eles, os professores. (VEIGA, 2007, p. 121-122)

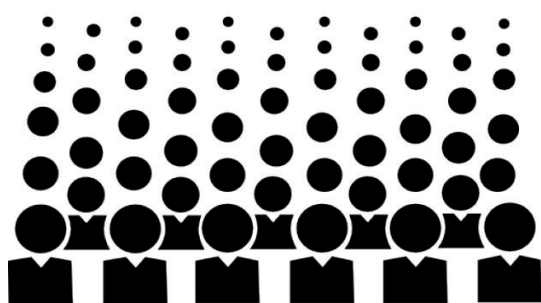
Com a revogação do AI-5, em 1978, vários setores da sociedade se organizaram para lutar pela democracia, por participar da vida política do país. Essa mobilização popular, que marcou a década de 1980, foi caracterizada por intensas lutas por direitos sociais, pelo exercício da cidadania e por democracia, alcançando seu auge em 1984, no Movimento pelas “Diretas Já”, que foi o movimento da população, com participação dos estudantes e dos políticos progressistas, para a volta das eleições diretas para presidente no Brasil.





Naquele contexto, o Congresso Nacional foi a favor das eleições indiretas e Tancredo Neves foi nomeado presidente para o mandato seguinte, que seria a partir de 1985. Foi estipulado que as eleições de 1989 seriam diretas. Após 29 anos sem eleição direta, foi eleito presidente de nosso país Fernando Collor de Melo. Segundo Carvalho (2008), essa foi a maior mobilização popular da história do país. Em 1992, a recessão da economia se tornou insustentável e foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Aconteceram várias manifestações populares nas cidades brasileiras, com participação de enorme número de estudantes secundaristas, universitários e de entidades representativas da sociedade civil, entre elas, a UNE e a UBES. Esse movimento ficou conhecido como “caras pintadas” pelo fato de os estudantes pintarem o rosto com as cores da bandeira nacional em forma de protesto contra a falta de ética na política. Neste mesmo ano, o então presidente Fernando Collor sofreu impeachment.

Nesse contexto de avanços e retrocessos na luta pela democracia, Aldo Arantes, deputado e ex-presidente da UNE, criou o projeto que deu origem à Lei Federal 7398/85, conhecida como Grêmios Livres, que deu aparato legal ao grêmios estudantis e garantiu a organização autônoma dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.



A Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 prevê, em seu artigo 203, “[...] a participação da população, por meio de suas organizações representativas, na formulação das políticas públicas e no controle das ações em todos os níveis”.

Assegura, portanto, o direito que a população tem, por meio da representatividade, de participar das questões relativas ao bem comum.

A LDBEN, Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No Art. 14, inciso II, cita o princípio da gestão democrática do ensino público na Educação Básica relativo à participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes.



Especificamente, em relação ao grêmios e a sua garantia aos/às estudantes do Ensino





Fundamental, há a Lei Federal Nº 7.398/1985<sup>3</sup> que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes, nos seguintes termos:

Art. 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.

§ 2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

§ 3º - A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral.



Em âmbito municipal, a Lei Orgânica do município de Vitória de 1990 traz, no art. 220, inciso V: “[...] ficam instituídos os conselhos de escola e de Pré-Escola com representação dos segmentos que integram as Comunidades [...]”.

Também a Lei Municipal Nº 6.794 de 2006, conhecida como Lei dos Conselhos de Escola, garante a participação de estudantes como membros desse importante colegiado, seja de modo direto ou representados por pais/mães/responsáveis, quando menores de 10 (dez) anos de idade.

Para além das representações no Conselho de Escola, outras formas de participação dos estudantes na Rede Municipal de Vitória estão contempladas em documentos orientadores da Secretaria Municipal de Educação, entre elas:

- Representante de Turma: os próprios estudantes escolhem colegas para representar os interesses gerais da turma;
- Conselho de Representantes de Turmas: reunião de todos os representantes de turma para tratarem de questões relacionadas com interesses dos estudantes;
- Participação em Conselho de Classe.

No âmbito nacional, outra legislação importante para os processos de protagonismo foi o

---

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7398.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm)>. Acesso em: 06 de maio de 2018



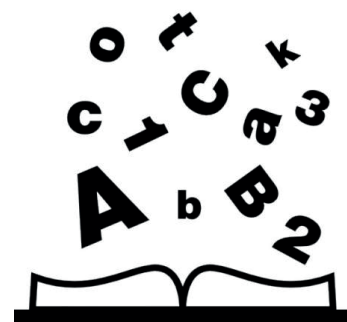


lançamento do Programa Mais Educação, um dos componentes do Plano de Ações Articuladas (PAR), regulamentado posteriormente pelo Decreto 7.083/10, em que municípios e estados com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) abaixo de 2,9 recebiam transferências voluntárias e assistência técnica do MEC. Entre as atividades do referido programa estava a implantação de rádios escola, relacionada com o macrocampo comunicação, denominada “Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica”. Com a política nacional de fortalecimento do protagonismo estudantil, no município de Vitória, o Projeto Rádio Escola foi concebido como modelo comunicacional horizontal, democrático e participativo, na medida em que seus agentes de transformação são sujeitos, ganhando espaço no universo comunitário escolar e extraescolar. Fundamentada nos princípios da Educomunicação, a rádio escola passa a ser uma ação desafiadora, uma vez que é possível utilizá-la como instrumento de interação e emancipação dos sujeitos na escola. Para Soares (2011),

[...]um paradigma orientador de práticas sócio-educativo-comunicacionais que têm como meta a criação e fortalecimento de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos nos espaços educativos, mediante a gestão compartilhada e solidária dos recursos da comunicação, suas linguagens e tecnologias, levando ao fortalecimento do protagonismo dos sujeitos sociais e ao consequente exercício prático do direito universal à expressão (p.37).

Respeitando o percurso histórico de conquista de espaços de participação dos estudantes, enfatizamos o pensamento de Freire (1996, p.59) quando afirma que “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros.”

A história continua sendo escrita pelos diferentes atores sociais, avançando e contribuindo para uma nova perspectiva de sociedade mais solidária, participativa e cidadã.





## 5. PROTAGONISMO NO CONTEXTO EDUCACIONAL: PRÁTICAS E VIVÊNCIAS

### 5.1 NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Colocando-se no desafio de organização curricular, os Centros Municipais de Educação Infantil precisam, por meio de suas propostas pedagógicas, criar e assegurar espaços tempos para a criança se posicionar diante das situações cotidianas. E, enunciar para contribuir como autor no processo histórico de constituição da instituição de ensino, interagindo com outros sujeitos, desenvolvendo o senso crítico e a compreensão de mundo na tomada de decisões coletivas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Municipais da Educação Infantil de Vitória (2016), entre as experiências de participação das crianças no processo de gestão democrática, destacamos a roda de conversa, uma vez que “A roda de conversa é uma das situações que se constitui como momentos de promoção da interlocução, da exposição de ideias e sentimentos, do exercício da fala e da escuta, bem como da elaboração de argumentação (Vitória, 2016, p.20, versão digital).

Além dessa potente ferramenta para a escuta das narrativas, das enunciações que compõem o diálogo na relação com a criança, outras metodologias devem ser consideradas:

- Mini Fóruns;
- Assembleias;
- Votações;
- Plenárias;
- Conferências, entre outras.

A participação das crianças na gestão da Unidade de Ensino deve ser fortalecida pela constituição de diferentes espaços tempos de interação, cabendo aos pais e/ou responsáveis representá-las no Conselho de Escola, identificando interesses, necessidades e contribuições que estas possam trazer para o universo educativo.





## 5.2 NO ENSINO FUNDAMENTAL E EJA

### 5.2.1 A aula como evento dialógico

Tomando como ponto de partida os princípios delineados no primeiro capítulo deste documento, que nos possibilitam encontrar um conceito de protagonismo afinado com o Referencial Curricular da Rede de Ensino de Vitória, no qual a perspectiva histórico-crítica ganha destaque, buscaremos situar práticas e modos de vivenciar o protagonismo na escola, considerando as especificidades do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos.

No capítulo das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos de Vitória (Vitória, 2016) intitulado “*Aula como evento dialógico*”, encontramos elementos que nos ajudam a pensar a materialidade da ideia de protagonismo na prática pedagógica, elucidando metodologias de trabalho que podem ser adotadas na relação com os estudantes.

Dos fóruns de discussões para a elaboração das diretrizes curriculares, realizados por meio da Plataforma Vixeduca, em março de 2015, destacamos o seguinte depoimento:



“Quem trabalha com o *diálogo*, busca proximidade com o estudante, comunidade e seu mundo [...] torna-se um profissional que vai além do contexto escolar, das notas e trabalhos escolares” (Vitória, 2016, p. 37, versão digital).

Partindo do referencial do campo da Linguagem que subsidia o currículo na Rede Municipal de Vitória, só é possível pensarmos em *diálogo* quando rompemos com as práticas fundadas na enunciação monológica, em atos puramente individuais de fala (BAKHTIN, 1999). O diálogo pressupõe a interação de, pelo menos, dois enunciados. Pressupõe a alternância dos sujeitos do discurso, a escuta atenta, o enunciar/falar, ouvir, responder, discordar, concordar, reiterar, entre outros. No diálogo, as pessoas participam por inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, enfim, com todo o corpo e todos os atos (Vitória, 2016, versão digital).

É no exercício do diálogo que podemos encontrar as condições para a efetivação de práticas





protagonistas com os estudantes, o que nos instiga a pensar as atividades pedagógicas de forma dialogada, como metodologia de trabalho, na qual são revisitados e potencializados os recursos, as estratégias de ensino, os espaços e seus usos, os tempos das aulas, dos projetos, das atividades curriculares diversificadas e as possíveis articulações entre as áreas do conhecimento e seus componentes curriculares.

Desse modo, estamos reafirmando que a mudança de postura na mediação pedagógica e as estratégias metodológicas que utilizamos nas interações com os estudantes são aspectos imprescindíveis para concretizarmos o dialogismo e o protagonismo como princípios que orientam as nossas práticas, princípios a serem concebidos e vivenciados.

A tradição monológica e os rituais predeterminados de transmissão de conhecimentos, nos quais os estudantes são vistos como sujeitos passivos, meros receptores e reprodutores, é substituída pelo *acontecimento*, pela situação social concreta que envolve muitos interlocutores e que pode se constituir como espaço privilegiado de dialogismo (GERALDI, 2010). Nesse sentido, de acordo com as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental de Vitória (2016), podemos situar a *aula* como um espaço tempo que potencialmente leva ao exercício do protagonismo, uma vez que,



Na aula como acontecimento há uma inversão das relações que são estabelecidas, pois o diálogo proporciona a experiência da produção do conhecimento, que passa a ser vivenciado pelos sujeitos que tencionam, questionam, produzem arguições em direção aos conhecimentos que são postos. Daí, o conhecimento que está sendo trabalhado como herança cultural pode fornecer respostas para os questionamentos que emergem da interação entre os sujeitos. Por isso a relação entre conhecimento e vida - conhecimento como experiência [...]. O conhecimento apropriado em sala de aula ganha sentido e significado para o estudante e a aula se torna um evento dialógico, momento de interlocução, isto é de interação entre sujeitos através da linguagem (Vitória, 2016, p. 38).

Se pensarmos na relação entre estudantes e professoras durante as aulas, essa forma de conceber o processo ensino aprendizagem nos faz refletir sobre a nossa incompletude, sobre o inacabamento próprio da constituição humana. Dessa maneira, acreditamos que “isto é o que nos faz ir ao encontro do outro. Isto é o que permite o diálogo. Isto é o que permite a interação e a busca por um processo de aprendizagem que é contínuo, que se estabelece sempre na relação com o outro” (Vitória, 2016, p. 37).





Independentemente do ambiente no qual os sujeitos estejam inseridos, seja na sala de aula, nos diferentes espaços tempos da escola e fora dela, nas diversas atividades que integram o currículo escolar, compreendendo que “[...] não é o espaço que determina se a interlocução é dialógica, mas sim o

fato de estudantes e docentes viverem o conhecimento a partir do conceito de experiência” (Ibidem, p. 38).

Para tanto, é preciso apostar em metodologias que possibilitem aos estudantes o encontro com o outro e com o conhecimento relevante para a vida, por meio da elaboração de perguntas que tenham sentido e da busca de respostas para questões ainda não compreendidas e que não serão facilmente respondidas sem o esforço de todos os sujeitos à reflexão.



Nesse aspecto, destacamos algumas possibilidades, como a pesquisa, o ensino por investigação, a aula campo/estudo do meio, o trabalho com textos de diferentes gêneros e linguagens multimodais numa abordagem discursiva, a valorização dos territórios de vivência dos estudantes, o recurso aos jogos, à arte, à literatura, às tecnologias digitais numa abordagem ativa e instauradora de novos olhares nos processos de produção de saberes, nos quais os estudantes possam compreender “[...] que o conhecimento tem sentido, tem relação com suas vidas, e pode contribuir com sua humanização, sua emancipação, e possibilitar-lhe outros horizontes e perspectivas de vida (Vitória, 2016, p. 30).

É nesse contexto que as práticas de protagonismo na Educação de Jovens e Adultos (EJA) devem ser concebidas: intimamente relacionadas com os projetos de vida dos estudantes, com a perspectiva de crescimento pessoal e profissional, além da potencialização do retorno do jovem ou adulto à conclusão do Ensino Fundamental.

O desenvolvimento de atividades que privilegiam maior envolvimento dos estudantes garante um movimento de participação, a cooperação, a experiência de vida. Nessa perspectiva, destacamos as rodas de conversa, seminários, noites das memórias – vozes da EJA que contam histórias e saraus, criando condições propícias para a participação ativa na troca de experiências e diálogo.





Como afirma Freire (1980), “[...] é preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história (p. 39).

O poema “A escola”, de Paulo Freire, vislumbra o componente relacional que contribui para que a escola se torne um espaço de construção de aprendizagens e fortalecimento das relações entre os sujeitos que fazem parte da comunidade, local de produção de conhecimento.

Escola é... o lugar onde se faz amigos não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos.  
Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima.  
O diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente.  
E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão.  
Nada de ‘ilha cercada de gente por todos os lados’.  
Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só.  
Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se ‘amarrar nela’!  
Ora, é lógico... numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz (FREIRE).

Pensando na ideia apresentada, é necessário criar instrumentos de participação junto com os jovens e adultos que estão na modalidade de EJA, construindo junto com toda a comunidade escolar, condições para efetiva participação.

E ainda, tecidas essas considerações, é necessário indagar quais outros espaços tempos e atividades podem ser tomadas como referências no desenvolvimento de práticas pedagógicas que potencializam o protagonismo na escola, considerando diferentes frentes de participação estudantil.

### **5.2.2 – Na Educação Integral com Jornada Ampliada**

Ao proporcionar a ampliação das aprendizagens por meio de experiências curriculares de integração das linguagens e dos conhecimentos, o atendimento que oferece a Educação Integral





com Jornada Ampliada busca promover espaços que potencializam práticas de protagonismo na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, com vistas a contribuir para a formação de uma sociedade com sujeitos, crianças e adolescentes, conscientes, solidários, cooperativos, cidadãos e autônomos.

Nessa perspectiva, o atendimento que se configura no contraturno escolar efetiva as propostas pedagógicas em interface com o Plano de Ação, o Projeto Institucional e o Projeto Político Pedagógico. No Ensino Fundamental, as práticas pedagógicas na Educação Integral com Jornada Ampliada são permeadas pelos eixos temáticos: 1) corpo e movimento; 2) Linguagem artístico-cultural; 3) Comunicação e Inclusão Digital; 4) Socioambientais e Sustentabilidade; 5) Diversidade no currículo; 6) Estudo orientado. Esses eixos, além de possibilitarem a Educação Integral, potencializam as práticas de protagonismo no cotidiano escolar.

### **5.2.3 Práticas de protagonismo na Educação Integral: nas Escolas de Tempo Integral**

#### **Protagonismo - Princípio**

Diz respeito a um novo olhar sobre os estudantes. É estimulá-los à participação social e no processo educativo no intuito de crianças e adolescentes tornarem-se elementos centrais e partícipes de todas as fases do processo, considerando a elaboração, execução e avaliação das ações propostas. Devem assumir o papel principal das ações, apoiados ou não pelos educadores. O estudante é visto como parte da solução dos problemas. “[...] participar, para o adolescente, é envolver-se em processos de discussão, decisão, planejamento e execução de ações, visando, através do seu envolvimento na solução de problemas reais, desenvolver o seu potencial criativo e a sua força transformadora (COSTA, 2000, p. 86).

Na perspectiva do protagonismo, tratar a criança e o adolescente como soluções do problema é extrapolar os modelos então adotados e considerar uma concepção mais ampla do ser humano, que abrange o próprio desenvolvimento do seu potencial. Para tanto, faz-se necessária a criação de espaços intencionais e condições que possibilitem aos estudantes envolver-se em atividades do cotidiano escolar, emitir sua opinião, fazer proposições, estar à frente de projetos e ações educativas. Protagonismo, além de princípio, também é tratado como metodologia que, na Escola, materializa-se por meio de um conjunto de práticas e vivências.





## **Vivências em Protagonismo nas EMEFTI**

O Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso (COSTA, 2000, 32).

O Protagonismo possibilita ao educando o exercício de práticas e vivências de situações de aprendizagem por meio das quais possa exercitar as condições essenciais para o seu desenvolvimento pessoal e social que tem sua base na própria construção da identidade e no desenvolvimento da autoestima. Ao mesmo tempo, ao problematizar situações e decidir se envolver na busca de soluções, ele estará dando os primeiros passos rumo a extrapolar o que separa a vida privada da vida pública. Assim, será capaz de estabelecer novos vínculos de compromisso com aquilo que transcende o seu próprio universo e passa a constituir um nível mais alto e mais profundo de ação, inaugurando um novo espaço de descoberta e experimentação social, um apelo à consciência ética e ao compromisso cidadão.

As práticas e vivências em Protagonismo consistem em oportunidades para o aprendizado de habilidades fundamentais na construção de processos de aprendizagem significativa, conectando a experiência do estudante e os seus repertórios com questões e experiências que possam gerar novos conceitos e significados para a construção de seu Projeto de Vida. Entre as diversas práticas e vivências, pode-se destacar o Conselho de Representantes/Líderes, o Conselho de Classe, o Conselho de Escola, a escolha de eletivas, a escolha de tutores, os clubes de protagonismo, a rádio escola, o grêmio estudantil, etc.

### **Líderes/Representantes de Turma**

Essa prática e vivência em protagonismo consiste em oportunizar o aprendizado de habilidades fundamentais de gestão, cogestão e heterogestão de si próprio, do conhecimento e do seu Projeto de Vida.

Para formar esse adolescente e esse jovem, líder/representante de turma, é importante conceber uma escola onde, em todos os espaços educativos, o estudante seja tratado como sendo fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. Esse tratamento exige da escola a busca contínua de





inovações em conteúdo e na gestão, que se materializam nas práticas educativas, na diversificação de metodologias pedagógicas e na introdução de processos de gestão e de planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades meio e fim da escola. O representante de turma é o estudante indicado e eleito pelos colegas para representá-los, tendo o importante papel de colaborar, de maneira corresponsável, na formação e no desenvolvimento dele próprio e dos demais colegas por meio de vivências de liderança como protagonistas.

O processo de eleição dos líderes/representantes de turma é de responsabilidade da Escola. O diretor é o responsável por dar suporte na definição do representante/líder de turma, apoiando e monitorando suas atividades.

A rotina escolar é organizada de modo a comportar reuniões periódicas, organizadas da seguinte forma: 1ª etapa - representante/líder e diretor - devem acontecer, preferencialmente, durante o almoço ou recreio e constar na agenda do gestor e dos líderes/representantes de turma; 2ª etapa - representantes/líder com suas turmas - deve acontecer na sala de aula em todas as turmas, simultaneamente, em 20 minutos da aula, sempre alternando os dias e as disciplinas; 3ª etapa – representantes/líderes de turma reúnem-se entre si - deve acontecer, preferencialmente, no horário do almoço, com a observação indireta da diretora e deve constar na agenda dos interessados. O gestor escolar deve garantir que o Conselho de Representantes aconteça em todas as etapas, semanalmente.

Os representantes/líderes têm como atividade: integrar a turma; sondar as dificuldades e buscar suas superações; participar das reuniões solicitadas pela Gestão e fazer o devido repasse das informações; orientar e acompanhar o planejamento e a execução das diversas atividades da turma; facilitar o contato e a relação entre estudantes, professoras e gestão; falar e responder em nome da turma em toda e qualquer situação, buscando sempre o bem-estar coletivo.

### **Os Clubes de Protagonismo**

São concebidos a partir dos interesses dos estudantes, havendo, porém, a ressalva de que devem sempre atender a exigências de relevância para formação escolar, principalmente, quanto à autonomia e à capacidade de organização e gestão. Devem atender a duas premissas importantes: ensinar algo que agregue valor aos participantes e colaborar com o sucesso da Escola na formação



do estudante protagonista.

As atividades preparatórias para a formação dos Clubes se dão por meio da *Semana de Protagonismo*, desenvolvida pelos estudantes, com o apoio das professoras de Protagonismo.



Os Clubes Juvenis são mais do que espaços de criação ou de lazer, pois objetivam que os jovens, orientados por planos de ação e práticas próprias de gestão, exercitem o convívio e as práticas de organização.

Os clubes são de responsabilidade do gestor, portanto, é necessário que este organize uma agenda com reuniões quinzenais com os Presidentes de Clube. É necessário que haja acompanhamento da frequência dos participantes, realizado por seus Presidentes e monitorado pelo gestor.

É importante que todos os estudantes da Escola estejam envolvidos em um Clube para que essa experiência, capaz de desenvolver diversas competências e habilidades, como a autonomia, a auto-organização, a capacidade de trabalhar em equipe e tomada de decisões, seja exitosa.

O Clube funcionará durante uma hora/aula destinada a práticas e vivências de Protagonismo, apoiado por seus padrinhos e madrinhas - educadores que estimulam e apoiam os estudantes. É importante destacar que o grau de interferência dos adultos nas ações do Clube dependerá do nível de maturidade dos estudantes e do grau de complexidade que possa demandar.

### **A Disciplina de Protagonismo**

O “Protagonismo” consta da Parte Diversificada do currículo das Escolas em Tempo Integral e deve estar articulado e alinhado com o conceito e princípio de Protagonismo. Nesta disciplina, o estudante é simultaneamente sujeito e objeto das ações e das suas várias aprendizagens. Está pautada na construção de valores e no desenvolvimento da autonomia do estudante para que ele deixe de ser um receptor passivo para ser fonte autêntica de iniciativa, compromisso e liberdade.



Partindo da proposta das EMEFTI, na perspectiva de Educação Integral, esse componente curricular é o alicerce para o desenvolvimento integral dos estudantes. Essa disciplina é organizada nos Anos Iniciais e Finais, com o objetivo de formar o ser protagonista.

Nos anos iniciais, trabalha-se com três eixos: comportamento pró-social (desenvolvimento de atitudes: altruísmo e cooperação), relações interpessoais (processo de autoconhecimento) e função executiva (capacidade de tomar decisões) e uma aula para desenvolvimento dos Clubes de Protagonismo, que são organizados a partir dos interesses dos estudantes e têm como foco o desenvolvimento da autonomia. Os padrinhos e madrinhas dos Clubes apoiam os estudantes nessa disciplina.

Nos Anos Finais, os três eixos são: competência pessoal (aspectos que possibilitarão o encontro do estudante consigo mesmo), competência social (aborda questões referentes ao convívio em grupo e ao compromisso com o coletivo), competência produtiva (põe em ação o que o estudante sabe e é capaz de fazer) e uma aula para desenvolvimento dos Clubes de Protagonismo.

### 5.3 PRÁTICAS DE PROTAGONISMO COM O PÚBLICO DA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Inclusiva, na Rede Municipal de Ensino de Vitória, está pautada nos princípios da preservação da dignidade humana, do respeito à diversidade e à singularidade humana, do exercício da cidadania e do direito à educação para todos(as), com garantias de acesso e permanência com qualidade na escola.

Fundamenta-se na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis. Tem como pressuposto, o reconhecimento de que todos podem aprender o respeito às diferenças, independente de idade, sexo, gênero, etnia, língua, deficiência, classe social, condições de saúde ou de qualquer outra natureza, por meio de metodologias de ensino e de condições de acesso ao currículo escolar que permitam atender às necessidades de todos os estudantes, contribuindo para promover a sociedade inclusiva.

O Atendimento Educacional Especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras à plena participação dos estudantes, considerando as





suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas nesse atendimento diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 16).

A Política de Educação Especial/Inclusiva estabelecida nesta Rede consolida o atendimento com o apoio pedagógico, a ser desenvolvido em articulação com a professora regente em sala de aula regular. Essa articulação com os demais profissionais da Unidade de Ensino pressupõe o envolvimento dos estudantes no currículo escolar, nas práticas pedagógicas e no processo de avaliação da aprendizagem, explorando diferenciados recursos e metodologias de ensino e valorizando o protagonismo do estudante.

Vale ressaltar que a participação dos estudantes, público da Educação Especial, deve ser assegurada em todas as ações que constituam espaços tempos de protagonismo estudantil.





## **6. PROTAGONISMO COMO FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA E COMPARTILHADA**

Trataremos, neste capítulo, das diversas formas de participação dos estudantes no contexto escolar, como contribuição para democratizar os processos de tomada de decisões das Unidades de Ensino. Refletindo acerca da criação e consolidação desses espaços de participação no interior da escola, evidencia-se a necessidade de reafirmar as práticas democráticas e participativas, além do estreitamento das relações dos sujeitos envolvidos no diálogo com os estudantes e comunidade escolar.

A Secretaria Municipal de Educação de Vitória, comprometida em garantir a gestão democrática, participativa e compartilhada na escola pública, realiza diversas ações com os educandos, no sentido de potencializar o protagonismo por meio da Gerência de Gestão Escolar.

“Protagonismo” é, hoje, uma temática de fértil discussão no campo educacional, sobretudo, pelo papel fundamental que a participação dos estudantes desempenha na consolidação das diversas formas de organização estudantil, tais como: estudantes conselheiros, Grêmios Estudantis, estudantes representantes de turmas, estudantes envolvidos nas rádios escola, escuta atenta e participação das crianças na Educação Infantil e estudantes da modalidade EJA.

O fortalecimento e constituição de colegiados estudantis nas Unidades de Ensino permite o desenvolvimento do protagonismo para uma educação cidadã e democrática, integrando os estudantes aos processos de decisão da escola. Desta forma, os colegiados estudantis criam [...] condições para que o educando possa exercitar, de forma criativa e crítica, essas faculdades na construção gradativa de sua autonomia. Autonomia essa que ele será chamado a exercitar de forma plena no mundo adulto (COSTA, 2001, p.29).

Para a construção gradativa da autonomia, é necessário criar espaços tempos que propiciem aos estudantes desenvolverem o sentimento de pertencimento no espaço escolar, a solidariedade, o trabalho em equipe e a promoção da cultura de paz.

No município de Vitória, o fortalecimento das instâncias de participação estudantil vem sendo





desenvolvido ao longo do tempo e perpassa as diversas Administrações, com o objetivo de garantir a gestão democrática de forma participativa e compartilhada, assegurando voz e o voto aos estudantes na tomada de decisões e na proposição de efetivos avanços nas Políticas Públicas Educacionais de Estado.

Desde o final dos anos de 1990, a Secretaria de Educação vem implementando ações com a perspectiva de *com* e não *para*, além de discutir e ouvir proposta para novas políticas públicas que considerassem o diálogo com estudantes nas tomadas de decisões.

A partir de 2011, iniciaram-se, também, processos formativos com os estudantes que participavam do projeto rádio escola via Programa Mais Educação ou em escolas que inseriram a rádio escola em seu projeto político pedagógico.



No ano de 2013, considerando a perspectiva da participação dos estudantes na gestão da escola pública, foi constituída, na Secretaria de Educação, uma equipe de apoio e fortalecimento à gestão escolar, denominada Conselho de Escola e Mobilização Estudantil, incorporando, nas assessorias e formações com os conselhos de escola, as diversas formas de participação estudantil.

Em 2017, uma nova estrutura foi implementada com a publicação do Decreto 17.015/2017, que regulamentou o funcionamento das Unidades Administrativas da SEME. Assim, foi organizada a Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos de Escola e Colegiados Estudantis - COCES, tendo como atribuições, de acordo com o referido Decreto, entre outras:

- organizar e acompanhar o processo de eleição de Diretores, dos Conselhos de Escola e a constituição de Colegiados Estudantis, realizando ações de fortalecimento;
- planejar, organizar e executar processos formativos para Conselheiros de Escola e Estudantes dos Colegiados Estudantis com parceiros internos e externos à Secretaria;
- planejar, organizar e realizar os eventos de posse dos Gestores, Conselheiros de Escola, e diretorias dos Grêmios Estudantis;

As ações da COCES estão relacionadas com o acompanhamento e incentivo à participação estudantil e visa promover diálogos, oficinas, momentos formativos, orientações quanto à realização de assembleias estudantis e eleições de representantes de turma, de modo a envolver as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos nas decisões da escola. Uma nova cultura de





participação que amplie o engajamento e a aprendizagem e contribua para a construção de espaços democráticos no ambiente escolar.

Os espaços de participação estudantil, foco da COCES são:

- Representação de Turma;
- Estudantes Conselheiros;
- Grêmio Estudantil;
- Rádio Escola.

### 6.1 REPRESENTANTES DE TURMA



Sendo a participação um princípio democrático, de acordo com Guerra (2002), ela não é um direito, mas um dever em que todos são protagonistas nas decisões, considerando a participação como processo educativo que pressupõe a formação do aluno cidadão, comprometido com as demandas e responsabilidades na vida escolar.

O ato de participar conduz o indivíduo a desenvolver uma consciência de si mesmo, de seus direitos e de pertencer a um grupo ou comunidade. A participação tem a ver com a possibilidade de tomar decisões com liberdade e não somente com o ato de contrair responsabilidades econômicas ou de qualquer outro tipo. A dignidade e a autodeterminação são características da participação (MORFIN/CORONA, 2001, p.16).

Nesse sentido, o papel principal do representante de turma é o de primar pelos interesses comuns da sala de aula ou da escola, intermediando o processo de diálogo entre a turma e o diretor e/ou a equipe gestora e demais funcionários da escola.

A representação dos estudantes nas Unidades de Ensino é estabelecida pela via do processo eleitoral dos representantes de turma. As eleições ocorrem anualmente, em todas as turmas de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, entre os meses de fevereiro e março, sendo eleito 01(um) representante titular e 01(um) suplente de cada turma. A equipe pedagógica é responsável pela organização da eleição direta.

O representante de turma é o estudante responsável por promover diálogos entre a turma, o





diretor e a equipe gestora, no sentido de reunir informações e sugestões, possibilitando a participação de todos e agindo de acordo com o grupo que representa.

Ainda sobre a participação estudantil, Pedro e Pereira (2010) defende que “O princípio social de participação tem por base uma participação ativa e só é possível ser posto em prática quando a escola preconiza, incentiva e fomenta uma participação efetiva por parte do aluno, implicando a responsabilidade e o assumir de decisões (PEDRO E PEREIRA, 2010, p.751).

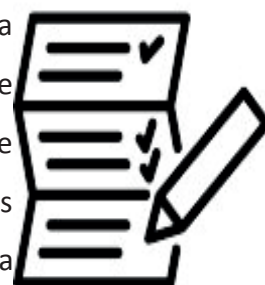
Os estudantes interessados se candidatam e os demais colegas votam naquele que consideram ser o que melhor representa a turma, de acordo com a proposta de trabalho apresentada pelo estudante candidato.

A representação de turma é garantida anualmente, por meio de portaria de calendário escolar e está estabelecida no Regimento Comum das Unidades de Ensino de Vitória.

### **6.1.2 O Conselho de Representantes de Turma – CRT**

O Conselho de Representantes de Turma – CRT é um espaço de representação exclusiva dos estudantes, constituído somente pelos representantes de turmas eleitos, anualmente, pelos colegas de turma.

Assim, os estudantes que compõem o Conselho de Representantes de Turma ampliam possibilidades de atuação mediante diálogo, processo de escuta e reflexão coletiva das demandas colhidas em cada turma. Juntos com a direção e equipe gestora, diagnosticam os principais problemas elencados, elegem as prioridades, refletem como resolver as situações e, por fim, partem para a tomada de decisões sobre aquelas ações que precisarão ser encaminhadas e sobre os parceiros necessários.



Os encaminhamentos do CRT serão repassados para a turma pelos seus respectivos representantes.





Algumas atribuições dos representantes de turma são:

- Estimular a integração e a solidariedade entre todos os estudantes da turma;
- Saber ouvir os colegas em suas necessidades e sugestões;
- Dialogar com o diretor e com a equipe gestora sobre as demandas da turma;
- Participar da elaboração e da revisão do regimento escolar da Unidade de Ensino e contribuir para seu cumprimento no cotidiano;
- Participar dos encontros dos pré-conselhos e do Conselho de Classe, conforme regimento da Unidade de Ensino;
- Participar das formações realizadas pela Secretaria de Educação;
- Anotar todos os registros das reuniões e formações de que participar para repassar aos estudantes que representa;
- Informar à turma o que foi conversado nas reuniões, assim como nas formações, estimulando a participação do grupo;
- Interagir com representantes de outras turmas e dos outros turnos e com os estudantes representantes do conselho de escola;
- Compor a comissão pró-grêmio e comissão eleitoral, quando for o caso;

## 6.2 REPRESENTANTE NO CONSELHO DE ESCOLA: ESTUDANTE CONSELHEIRO

Instituídos pela Lei Orgânica do Município, por meio de seu Art. 218 e criados no município desde 1992, os conselhos de escola são centros permanentes de debates e órgãos articuladores de todos os setores escolares e comunitários, constituindo-se, em cada Unidade de Ensino, de um colegiado formado por representantes do magistério, servidores, pais, alunos, diretor e representante da comunidade local.



O conselho de escola é designado pelo nome da Unidade de Ensino à qual se vincula e exerce suas atribuições de acordo com a Lei Municipal Nº 6794/2006 de 29/11/2006, que dispõe sobre *a organização dos conselhos de escola das unidades de ensino como unidades executoras dos recursos financeiros e outros.*

É um órgão colegiado, tendo como uma das suas finalidades gerir recursos subsidiados pelo Poder Público Municipal, Federal e demais recursos assegurados em lei.





Para tanto, o Conselho de Escola se constitui na forma de pessoa jurídica de direito privado, sendo uma associação civil sem fins lucrativos com caráter político-pedagógico. Tem como finalidade, além de gerir os recursos, garantir a ampliação da autonomia pedagógica e financeira para a melhoria da qualidade do ensino com participação da comunidade escolar e local, sendo, pois, um espaço de deliberação coletiva.

A missão primordial do Conselho de Escola é garantir a participação efetiva de pais, estudantes a partir dos 10 anos de idade, servidores, magistério e comunidade na gestão escolar, por meio da convivência com a pluralidade de ideias, bem como o compartilhamento do poder decisório, permitindo que todos esses atores sociais se apropriem do processo democrático em toda a sua amplitude. Destacamos que na Educação Infantil são os pais que representam os estudantes no Conselho de Escola.

O Conselho de Escola tem natureza *consultiva*: consultar, aconselhar e/ou dar parecer sobre um assunto; *deliberativa*: tomada de decisão de acordo com a legislação; *fiscalizadora*: acompanhar, fiscalizar e avaliar as ações e a aplicação dos recursos financeiros; e *mobilizadora*: articular as comunidades para ações efetivas nas escolas.

Além das descritas acima, também são atribuições do Conselho de Escola: planejar as ações político-pedagógicas, administrativas, financeiras e apoiar a criação e o fortalecimento dos colegiados estudantis.

Os princípios que regem o Conselho de Escola são os princípios da administração pública: **legalidade**, os atos devem estar em consonância com o prescrito na Legislação e nas Diretrizes emanadas pelo Poder Público; **impessoalidade**, os atos devem atender aos interesses da comunidade; **moralidade**, as regras devem ser aplicadas com base na ética pública visando sempre ao bem da coletividade; **publicidade** os atos devem ser divulgados o mais amplamente possível; **eficiência** e **eficácia**, as ações devem garantir a qualidade do serviço público.

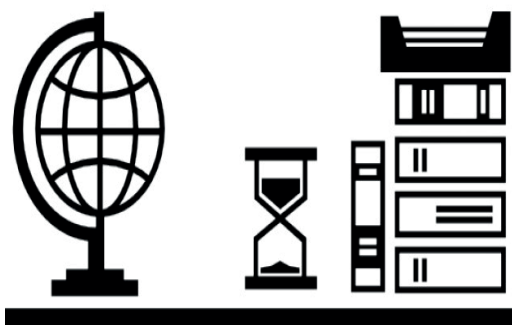
A autonomia dos Conselhos de Escola é exercida nos limites da legislação educacional, da legislação referente à aplicação dos recursos públicos em vigor e das diretrizes da Política Educacional vigente, emanadas das esferas Federal, Estadual e Municipal.





A participação do conselheiro é voluntária e o mandato é de 03 (três) anos, permitindo uma reeleição consecutiva. Sobre o processo de eleição de conselheiros escolares, a Lei 6794/2006 em seu Artigo 10. dispõe que: “A eleição dos representantes dos conselhos de escola será realizada por segmento, em votação direta e secreta, na mesma data, em todas as unidades de ensino”.

Nesta perspectiva, a Secretaria Municipal de Educação realiza formação específica para estudantes conselheiros, por entender que este segmento contribui com a devida ocupação dos espaços democráticos da escola e mesmo da sociedade e, conseqüentemente, exerce importante papel na transformação da escola e da sociedade.



Como Conselheiros Escolares, formam-se e revelam-se sujeitos históricos, pois atuam com base na democracia, com a perspectiva de que a melhor forma de mudar a realidade é ir a ela e fazer parte dela. A tomada de decisão passa a ser resultado de um processo de aprendizagem que não se esgota com o voto. Um saber serve de base para outros saberes. A convicção que impera, nesse caso, é a de que todos têm algum saber e todos têm a aprender (PERRELLA, 2001, p.11)

Considerando a importância da participação e envolvimento deste segmento no órgão colegiado, os estudantes conselheiros são a voz dos demais estudantes e, com o apoio da Equipe Gestora promove diálogos com os representantes de turma e realiza assembleias de estudantes para ouvir suas demandas, para que estas sejam pontos de pauta nas reuniões do Conselho de Escola.

Para além das ações realizadas nas Unidades de Ensino, os estudantes conselheiros participam de outros encontros formativos promovidos pelo órgão central.

### 6.3 GRÊMIO ESTUDANTIL: UM ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO

O grêmio é uma organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Possibilita o debate, a criação e o fortalecimento de inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade local. É um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por uma educação de qualidade.

É importante destacar a Lei Federal 7398/85, proposta por Aldo Arantes, conhecida como “Grêmio





Livre”, que deu aparato legal ao Grêmio estudantil e garantiu a organização autônoma dos estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Segundo o texto da referida Lei, em seu Artigo 1º “ Aos estudantes dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais” (BRASIL, 1985).

A referida Lei estabeleceu que a organização do Grêmio seja norteadada por um Estatuto, e que seu funcionamento e atividades estejam baseados nos princípios democráticos herdados das lutas sociais da década que vislumbrou a participação dos cidadãos nas instâncias de tomada de decisão.

A experiência de participação da gestão democrática é uma forma de aprendizado para a futura participação na vida pública da cidade, do estado e do país. Conforme Paro:

O Grêmio estudantil, instância colegiada representativa dos estudantes, garante a participação estudantil na gestão escolar democrática, colaborando na luta para se alcançar o objetivo primordial da escola, isto é, a oferta de um ensino de qualidade. Esse ensino que deve proporcionar condições aos estudantes para que estes sejam verdadeiros cidadãos, participando ativamente da vida pública e sendo criadores de novos direitos (PARO, 2007, p. 36).

Nessa perspectiva, o Grêmio constitui um espaço importante para a formação dos estudantes, podendo desenvolver atividades no campo cultural, social, esportivo, político e de comunicação, conforme destacamos abaixo:

**Cultura:** organizar semanas culturais, concursos literários, exposições de desenhos, pintura, escultura, eventos musicais, festas, montagens de peças teatrais e danças, gincanas culturais, passeios, excursões e outros.

**Social:** formar grupos para discutir temas como preconceito, desigualdade social, violência, ética, etc.; trabalhar a estética da escola (murais, painéis, jardinagem...).

**Esporte:** promover campeonatos de futebol, vôlei, basquete, handebol, xadrez, gincanas entre alunos, pais e comunidade, participar e incentivar campeonatos entre escolas.

**Política:** organizar palestras sobre temas diversos como paz, solidariedade, drogas, saúde, meio ambiente e outros; discutir e avaliar os projetos da escola e garantir que sejam respeitados os seus direitos.

**Comunicação:** criação e manutenção da rádio escola, do jornal escolar, participar do conselho de classe, divulgar suas atividades nos meios de comunicação local (GALINA E CARBELLO, 2008, p. 35)



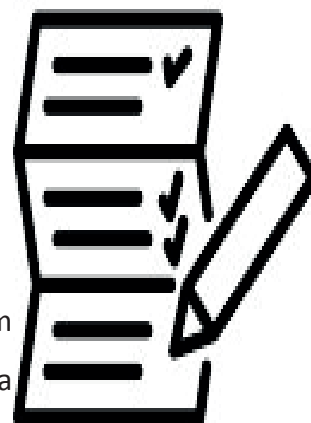


Assim, a representatividade dos estudantes no espaço escolar prima pela defesa dos direitos, interesses e cooperação para a melhoria da escola e da qualidade do ensino.

Destaca-se que a relação entre direção e Grêmios Estudantis da escola é de parceria, pois “O Grêmios Estudantis não é instrumento de luta contra a direção da escola, mas uma organização onde se cultiva o interesse dos estudantes, onde eles têm possibilidade de democratizar decisões e formar o sentimento de responsabilidade. Eles aprendem a resolver seus problemas entre si” (VEIGA, 2007, p. 123).

O Grêmios Estudantis se configura uma oportunidade para que os estudantes atuem, participem e tomem decisões em busca de seus interesses em comum. No Município de Vitória, a Secretaria de Educação, por meio da Subsecretaria de Gestão Educacional, disponibiliza orientações para implantação e organização dos Grêmios Estudantis por meio da participação direta de uma professora referência e equipe pedagógica.

O envolvimento e a participação dos estudantes têm, como princípios, o protagonismo estudantil, o compartilhamento de experiências, a troca de saberes e fazeres refletidos em espaço de discussão, a criação e tomada de decisões.



A vivência de princípios democráticos e participativos se constitui um processo a ser construído, uma vez que cada estudante traz consigo uma história de vida e cada instituição de ensino tem uma realidade diferenciada. Assim, a gestão democrática demanda o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar com incentivo e abertura ao diálogo.

[...] pressupõe um novo modelo de relacionamento do mundo adulto com as novas gerações. Esse relacionamento baseia-se na não imposição a priori aos jovens de um ideário em função do qual eles devam atuar no contexto social. Ao contrário, a partir das regras básicas do convívio democrático, o jovem vai atuar, para, em algum momento de seu futuro, posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida e lúcida, com base não só em ideias, mas, principalmente, em suas experiências (práticas e vivências) concretas em face da realidade (COSTA, 2001, p. 38-39).

Neste sentido, de acordo com o estatuto base, o Grêmios Estudantis tem como atribuições:





- I – Reunir, unir, o corpo discente da referida escola;
- II – Defender os interesses individuais e coletivos dos estudantes;
- III – Incentivar a cultura literária, artística, desportiva e de lazer de seus membros;
- IV – Promover a cooperação entre equipe gestora, professoras, funcionários e estudantes, no trabalho escolar, buscando seu aprimoramento;
- V – Incentivar o corpo discente a atividades escolares e associativas;
- VI – Realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural, educacional, cívico, desportivo e social com entidades congêneres, podendo realizar parceria com a SEME, Conselho de Escola e outros;
- VII – Cooperar na organização de eventos promovidos pela Escola;
- VIII – Defender a democracia, a independência e o respeito às liberdades fundamentais do ser humano, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, convicção política, orientação sexual ou religiosa e outros;
- IX – Lutar para que o ensino leve em consideração as reais necessidades dos estudantes, com qualidade social.

As atribuições fundamentam as ações do Grêmio Estudantil por meio do plano de trabalho e de outras atividades protagonizadas pelos estudantes. Para a implementação do Grêmio Estudantil, os estudantes se organizam, participam e mobilizam seus pares nas diversas formas de atuação, sejam elas pela via do planejamento, da elaboração e socialização das propostas, da confecções de murais informativos, entre outros.

Todas essas ações coadunam com a organização da escola, no sentido de envolver o Conselho de Representantes de Turma - CRT na constituição da comissão pró-grêmio que será responsável por:

- Discussão e construção da proposta de estatuto;
- Apresentação em assembleia geral dos estudantes para aprovação;
- Organização da comissão eleitoral.

Caberá à comissão eleitoral a organização das inscrições das chapas, o estabelecimento da campanha eleitoral, a promoção de debates e da eleição – conforme estabelecido no estatuto do grêmio estudantil. A posse do Grêmio será acompanhada pelo conselho de escola.





Após a constituição do Grêmio Estudantil, pode ocorrer um maior envolvimento dos estudantes nas ações desenvolvidas na escola, criando um senso de pertencimento. Nesse processo de construção de uma cultura de participação, eles passam a perceber a escola em que estudam em seus diversos aspectos, que os seus conhecimentos e contribuições são importantes, e que podem desempenhar um papel na construção da identidade de sua escola.

No momento em que o Grêmio Estudantil se faz atuante, suas ações podem assumir um caráter social, contribuindo com a organização de campanhas com diversos enfoques, palestras com abordagem de temas relacionados com a realidade de sua escola, além de desenvolver outras ações que atendam aos diferentes interesses dos estudantes.

Desta forma, as possibilidades de atuação são inúmeras e variam de acordo com as necessidades do grupo e da escola, da sua realidade e de seus interesses.

Nesse sentido, podem pesquisar junto aos colegas de escola:

- Quais são as habilidades e talentos de cada um; o que gostariam de ter na escola: literatura, artes, teatro, música, poesia, esportes, grupos de estudo, rodas de diálogo, clube de leitura.
- Quais são os seus anseios em relação à escola e à educação; o que esperam do Grêmio Estudantil e como acham que o Grêmio Estudantil pode atuar e contribuir na escola?

A realização das demandas ocorre a partir do diálogo com seus pares, com o diretor, pedagogos, coordenadores, professoras, funcionários, comunidade e famílias. Nesse aspecto, é necessário que seja realizado um exercício no sentido do acolhimento ao diálogo, para que possa ser aproveitado o potencial de participação dos estudantes gremistas e suas propostas sejam conhecidas, discutidas e consideradas.

Segundo Luz (1998, p. 47):

É na escola, e no Grêmio, que o jovem, em contato com colegas e professores, desenvolve o senso crítico e participativo; torna-se responsável por seu próprio aperfeiçoamento; socializa-se de maneira livre e espontânea; identifica aspirações, anseios e desejos; compreende que só em conjunto e de maneira organizada conseguirá atuar numa sociedade democrática (LUZ apud GONZALEZ e MOURA, 2009, p. 376).





#### 6.4 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: RÁDIO ESCOLA

A rádio escola chegou às escolas do Município de Vitória por meio do Programa Mais Educação do Governo Federal. Porém, o rádio foi utilizado como ferramenta de ensino desde sua popularização, no ano de 1920. A educação passou por transformações com a proposta do escolanovismo, tendo como lema “reformatar a sociedade pela reforma do homem”. Nesse contexto, a escolarização foi assumida como instrumento decisivo para aceleração histórica. Essa valorização da educação traz consigo a valorização do curso “técnico” ou “especialista” em educação. PILETTI (1982), ao falar do educador Anísio Teixeira, disseminador do escolanovismo no Brasil e um dos mais destacados signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, defendia o ensino público, gratuito, laico e obrigatório, inserindo o rádio como a grande novidade em termos de tecnologia de comunicação até então existente no Brasil. Neste contexto, Edgar Roquette-Pinto, o pai da radiodifusão no Brasil, por volta de 1923, com o intuito de difundir a educação, criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

Oliveira (2009), registra que a primeira função do rádio brasileiro foi, principalmente, educativa. Naquela época, o rádio ainda era um produto acessível apenas às elites urbanas, sendo um dos marcos da expansão da sociedade de consumo e, apesar dos esforços de Roquette-Pinto por uma programação educativa e cultural popular, o rádio acabava transmitindo o que melhor caía no gosto dessas elites: óperas, conferências, palestras, inclusive em outras línguas e, também, veiculava, além dos noticiários, aulas de português, francês, história do Brasil, geografia, física, química, higiene, silvicultura. Passado esse entusiasmo inicial, outros usos do rádio foram aparecendo, como o uso político e o uso comercial.

O mesmo Oliveira (*Idem*) ainda relata que, no Brasil, o primeiro governante a usar o rádio com o objetivo de doutrinação ideológica foi Getúlio Vargas, criando, em 1937, o programa Hora do Brasil, hoje “A voz do Brasil”, que transmitia seus discursos, de segunda a sexta-feira, em cadeia nacional, tornando-se o divulgador oficial das ações do governo. O educador Paulo Freire, nos anos 60, também desenvolveu um projeto de alfabetização de adultos denominado MEB: Movimento de Educação de Base, utilizando o rádio como principal ferramenta.

No Brasil, os serviços de radiodifusão, compreendendo rádio e televisão, foram





regulamentados pelo decreto lei 52.795/1963. O decreto determinava que os serviços de radiodifusão teriam finalidade educativa e cultural, mesmo em seus aspectos informativo e recreativo. No artigo 28 do mesmo decreto, estabeleceu-se que as emissoras deveriam reservar no mínimo cinco horas semanais para a transmissão de programas educacionais (OLIVEIRA, 2009, p. 33)

Torres (2009), historiciza que a partir de 1970, teve início o processo de democratização do rádio com o surgimento da ALER - Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica, “[...] com o papel de animadora e aglutinadora das experiências de rádios comunitárias”. Assim, todos tinham o direito de emitir opiniões, participar da construção das notícias, ser sujeito da comunicação.

Oliveira (2009), contextualiza a década de 1980 com os movimentos populares, entendidos aqui como os movimentos da sociedade na luta pela democracia, moradia, escola, saúde e saneamento básico. O rádio se tornou, nesse período, um meio de comunicação que contribuiu com as ações de comunicação popular e alternativa que marcou os movimentos populares desta década.

Em 2000, o Ministério da Educação e Cultura – MEC lançou o projeto rádio escola como recurso para auxiliar na capacitação de alfabetizadores do Programa Alfabetização Solidária. A partir dessa experiência, houve a implementação do Programa Mais Educação, lançado em 2007, pelo MEC, que estabeleceu as bases para uma Política Pública de Educação Integral no âmbito do Ensino Fundamental e médio, apoiada, entre outras ações, no funcionamento de rádios escolares. Foi instituído pelas Portarias Normativas Interministeriais nº 17 e 19, de 24 de abril de 2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10 e é um dos componentes do Plano de Ações Articuladas (PAR), elaborado por municípios e estados para o recebimento de transferências voluntárias e assistência técnica do Ministério da Educação (MEC).

O Programa teve início em 2008, em 54 municípios brasileiros, incluindo todas as capitais dos estados, cidades de regiões metropolitanas com mais de 200 mil habitantes com escolas municipais ou estaduais com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) abaixo de 2,9. O Programa tinha por objetivo fomentar a educação integral por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar<sup>4</sup>.

---

4

MEC, Programa Mais Educação, 2009, p. 13 e 14





Entre as atividades socioeducativas situadas no macrocampo da educação, estão as que se referem à Comunicação, ao Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica. As atividades que podem ser desenvolvidas por este macrocampo são o jornal escolar, a fotografia, vídeos, história em quadrinhos, ambiente de redes sociais, robótica, tecnologias educacionais e rádio escolar. A implantação do Projeto Rádio Escola faz parte das ações do Pacto pela Educação por meio do Programa Mais Educação, do MEC e tinha como proposta ser um programa de integração e socialização, destinado às escolas da rede pública, por adesão.



De acordo com os indicadores da Secretaria Municipal de Educação de Vitória/Gerência de Gestão Escolar – SEME/GGE (2017), as escolas recebiam, até o ano de 2015, kits de equipamento para rádio escola ou verba específica para a compra e instalação dos equipamentos.

Assim, as escolas programavam ações de ensino aprendizagem com o auxílio desta ferramenta. Com o fim do Programa Mais Educação no ano de 2015, a rádio escola, no município de Vitória, passou a funcionar por meio de adesão das escolas e com o apoio pedagógico e financeiro dos Conselhos de Escolas, compondo, assim, as ações de gestão compartilhada nos planos de ação anuais das Unidades de Ensino.

A rádio escola é um programa que integra, socializa e é destinado, especialmente, para escolas da rede pública. O Projeto Rádio Escola é uma proposta de trabalho na formação de estudantes a partir da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

O Projeto Rádio Escola se constitui numa proposta de educação para as mídias. A familiaridade com os equipamentos próprios da comunicação radiofônica, associada a exercícios de elaboração coletiva da programação a ser veiculada, permitirá à comunidade escolar construir seu próprio discurso, transmitindo a todos o que pensa, deseja e necessita para melhoria das relações entre a comunidade escolar e seu entorno. Assim, o Projeto se constitui numa prática viva da cidadania, que contribui, certamente, para a construção de uma sociedade mais justa, formada por cidadãos capazes de decidir o próprio destino (GONÇALVES e AZEVEDO, p. 03, 2004)

Entendemos que a rádio na escola reforça um modelo comunicacional horizontal, democrático e participativo, na medida em que seus agentes de transformação são sujeitos. E é na prática interativa e coparticipativa do diálogo, que o rádio ocupa espaço no universo comunitário escolar e extraescolar.





Segundo informações do Departamento de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, o Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares, *ressemantizou*, em 1999, após pesquisa realizada junto a uma amostragem latino-americana, o neologismo Educomunicação para designar um campo emergente de intervenção social na interface comunicação/educação e promoveu, entre 2001 e 2004, o Projeto Educom.rádio, formação de 11 mil

professores e alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, para o uso educutivo das linguagens midiáticas no espaço escolar. A repercussão foi tamanha, que no ano de 2011, coordenou a implementação da Licenciatura em Educomunicação na Escola de Comunicações e Artes da USP. Atualmente, Soares exerce a função de Coordenador Pedagógico do curso e é presidente a ABPEducom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação. Sobre o conceito de Educomunicação, Soares (2000) define que: “[...]a Educomunicação define-se como um conjunto das ações destinadas a: integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação; criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos” (SOARES, p.1, 2000)

Sobre a finalidade da educomunicação, Segawa (2009) explica que:

A inauguração desse campo da educomunicação fundamenta-se na ideia de que a área da educomunicação tem condições de formular propostas e soluções para alguns problemas atuais da educação, apostando na ideia de que a comunicação interpessoal e os modernos meios de comunicação podem ser usados como recursos inovadores e transformadores do ambiente escolar (SEGAWA, 2009, p.12)

Assim, a educomunicação, para atingir seu objetivo, possui princípios contidos nos ideais educutivos que norteiam essas práticas. Tais princípios foram elencados por Silva (2015, p.45):

- ☒ Alteridade: consiste na busca do “olhar sobre o outro” isento de preconceitos ou julgamentos;
- ☒ Conscientização social: como forma de construir uma leitura crítica do conteúdo transmitido pelos meios de comunicação à sociedade, a fim de colaborar para uma melhor formação ética do ser humano;
- ☒ Integração social: conectar as minorias e grupos marginalizados à sociedade, visando à diminuição das desigualdades;
- ☒ Cidadania: define os deveres e direitos do indivíduo pós-moderno e sua construção moral;
- ☒ Relações colaborativas entre sociedade e indivíduo: envolve trocas e

cooperação para formação de cidadãos críticos e participativos.



Com base nos princípios da educomunicação, o Projeto Rádio Escola nas escolas municipais de Ensino Fundamental de Vitória potencializa o protagonismo estudantil, numa expressão comunicativa e criativa, bem como o trabalho colaborativo e o uso de recursos de Tecnologia de Informação e de Comunicação – TICs, configurando-se como mais um instrumento de organização e participação dos estudantes no cotidiano escolar.

É importante que a Rádio Escola seja um espaço democrático, promova união na escola, respeite os ouvintes, atenda a comunidade local e também possibilite a criação de um canal de sociabilidade e convivência no espaço escolar nos momentos de acolhimento, recreios e demais eventos da escola com ações educativas diversas.

No sentido de organizar a implementação da rádio escola, é realizada, inicialmente, a adesão das Unidades de Ensino, que devem prever em seu Plano de Ação anual, o Projeto Rádio Escola. A Secretaria Municipal de Educação realiza reuniões com a equipe gestora e professoras referência, no sentido de planejar os momentos formativos; orientar a implementação do projeto, no que se refere a equipamentos existentes na unidade; informar quando da necessidade de manutenção/aquisição de outros equipamentos; organizar a inscrição dos estudantes que desejam participar da rádio escola e oficinas *in loco* para professora referência e estudantes contemplados pelo projeto, que tem a seguinte organização:

#### **1ª Oficina de Rádio Escola:**

- Apresentação e conversa informal sobre a Rádio Escola já existente ou não;
- A História do rádio no Brasil;
- Funções na rádio escola (roteirista, programador musical, operador de mesa e locutor);
- Gêneros radiofônicos (musical, dramatizado e informativo);
- Gêneros publicitários (vinhetas, *spot*, *jingles*, *background* (BG)).

#### **2ª Oficina de Rádio Escola:**

- Revisão dos gêneros publicitários e funções na rádio;
- Organização de um roteiro, utilizando um modelo (explicação da parte técnica e locução);
- Formação de grupos para construir um roteiro de programação de rádio escola, tendo





como base sua vivência na Escola e informações do contexto escolar.

- Criação de roteiro radiofônico com utilização de gêneros radiofônicos e publicitários: *vinhetas, spot, jingles, background (BG)*;
- Produção de roteiros/programas de rádio pelo grupo;
- Simulação do programa de rádio com utilização de *notebook*, caixa de som e microfone (ainda fora do espaço da rádio escola);

### **3ª Oficina de Rádio Escola:**

No local de funcionamento da rádio escola, a formação é feita grupo a grupo, com a apresentação de todo equipamento disponibilizado.

- Orientação sobre locução, postura, distância do microfone, respiração e outros.
- Simulação de um programa de rádio escola a partir do roteiro construído pelos estudantes.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração dos capítulos que compõem esta diretriz tem por objetivo principal refletir acerca do protagonismo e dos desafios para o fortalecimento dos espaços de participação no contexto escolar.

A participação dos educandos, professoras e demais funcionários no processo de gestão compartilhada e participativa é compreendida como um meio capaz de possibilitar envolvimento de todos esses segmentos da comunidade escolar no planejamento, nas proposições, nas tomadas de decisões e avaliação das ações desenvolvidas na escola.

Esse caminho foi traçado com a intenção, não de dizer qual é o modelo ideal ou qual deve ser escolhido, mas de contribuir na fomentação de reflexões sobre a importância da participação de todos os atores no processo de gestão democrática e participativa, a partir do qual, outras possibilidades serão tecidas, criadas e reinventadas em cada espaço tempo das Unidades de Ensino, a partir da experiência de vida dos novos atores que agregam suas contribuições neste processo.

O imprescindível é não perder de vista o incentivo do envolvimento cada vez mais potente dos estudantes no processo de diálogo, reflexão, proposição e avaliação com vistas à conquista de uma participação efetiva.





## 8. REFERÊNCIAS

AGUIAR, R.C.L.; GRÁCIO J.C. **Grêmios Estudantis**: construindo novas relações na escola. In: BASTOS, J. B. Gestão Democrática. 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

AZEVEDO, Adriana Barroso de; GONÇALVES, Elizabeth Moraes. **O rádio na escola como instrumento de cidadania**: uma análise do discurso da criança envolvida no processo. Disponível em <[http://www2.metodista.br/unesco/GCSB/comunicacoes\\_radio\\_escola.pdf](http://www2.metodista.br/unesco/GCSB/comunicacoes_radio_escola.pdf)> Acesso: 20 nov. 2014.

BALTAR, Marcos. **Rádio Escolar**: Uma experiência de letramento midiático. 1ª ed. Santa Catarina: Cortez, 2012.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V.N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais Nº. 1/92 a 53/2006 e pelas emendas constitucionais de revisão Nº 1 a 6/96. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.938, de 04 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7398.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm)>. Acesso em: 11 fev. 2015.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Gabinete do Senador Flávio Arns, 1996.

\_\_\_\_\_, **Programa Mais Educação**: gestão intersetorial no território – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009;

\_\_\_\_\_, Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. **Inclusão**: Revista da Educação Especial, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 4, n.1, p. 7-17, jan./jun. 2008.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil**: adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.





\_\_\_\_\_, **Tempo de Servir**: o protagonismo juvenil passo a passo; um guia para o educador. Belo Horizonte: Universidade, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

GALINA, I. de F.; CARBELLO, S. R. C. Gestão Democrática e Instâncias Colegiadas. In: CARVALHO, E. J. G. et al. **Gestão Escolar**. Maringá: Secretaria de Estado da Educação do Paraná : Universidade Estadual de Maringá, 2008. p. 32 – 35.

GERALDI, João Wanderley. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano; MOURA, Marcilene Rosa Leandro. **Protagonismo Juvenil e Grêmio Estudantil**: A produção do Indivíduo Resiliente. EccoS Revista Científica, vol. 11, núm. 2, julho-diciembre, 2009, pp. 375-392 Universidade Nove de Julho São Paulo, Brasil. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/715/71512786004.pdf>> Acesso em 02 mai. 2018.

GUERRA, M. **Os desafios da participação**: desenvolver a democracia na Escola. Tradução Maria Palmira Carlos Alves. Porto: Porto Editora, 2002.

JANER, Jader. **Autorias infantis**: infâncias e educação infantil em foco. ARAÚJO, Vânia Carvalho (organizadora) – 1ª ed – Curitiba, PR: CRV, 2017.

MORFIN, Stoopan; CORONA, Yolanda Caraveo. **Participación Infantil y Juvenil**. UNICEF: México, 2001. p.16.

OLIVEIRA, Ana Elisa de. **Rádio Escola**: uma sintonia no ar. 2009, 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Paraná. Disponível em <[http://www.ppge.ufpr.br/teses/teses/M09\\_oliveira.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/teses/M09_oliveira.pdf)> Acesso: 22 jun 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade de Ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PATRÍCIO, Edgard. **Movimentos Iniciais do Rádio ‘Escolar’ no Brasil**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Fortaleza, CE – 3 a 7 set. 2012.

PEDRO, A. P. PEREIRA, C. M. A. L dos S. **Participação Escolar**: representações dos alunos do 3º ciclo de Aveiro (Portugal). Educação e Pesquisa. São Paulo. V.36 n.3 p. 747 – 762. set/dez. 2010. Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a07.pdf>> Acesso: 22 maio 2018

PERRELLA, C. Dos S. S. **Joseph Jacotot**: contribuição para a reflexão acerca do conselho de escola. Anais do XXV Simpósio da ANPAE. Trabalhos completos. PUC: São Paulo, 2011. <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0099.pdf>>





PILETTI, Nelson. **A Reforma Fernando de Azevedo**. Distrito Federal, 1927-1930. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Rádio e Educação do Brasil. In: **Revista Electron** - Revista da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro – Ano 1 – Num. 06. – Abril de 1926.

SARMENTO, Manuel J. **Entrevista com Manuel Jacinto Sarmiento**: infância, corpo e educação física. Cadernos de Formação RBCE, p. 11-37, set. 2015. Disponível em <<http://docplayer.com.br/83912497-Entrevista-com-manuel-jacinto-sarmiento.html>>. Acesso: 18 out. 2018.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SÃO PAULO. **Portal da Secretaria Municipal de Educação**: Educomunicação. <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Educomunicacao>> Acesso em: 24 abr 2018.

SEGAWA, F. S. **Programa Educom.radio: um estudo sobre representações**. 2009, 119 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Paulo, São Paulo. Disponível em <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde.../FRANCINESAYURISEGAWA.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde.../FRANCINESAYURISEGAWA.pdf)> Acesso em: 25 abril 2018

SILVA, Thais Gama. **Protagonismo na Adolescência**: a escola como espaço e lugar do desenvolvimento humano. 2015. 118f. Dissertação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40998/R%20-%20D%20-%20THAIS%20GAMA%20DA%20SILVA.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em 07 maio 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

UNE. **Estrutura do movimento estudantil**. 2011a. Disponível em: <[www.une.org.br/2011/09/estrutura-do-movimento-estudantil/](http://www.une.org.br/2011/09/estrutura-do-movimento-estudantil/)> . Acesso em: 15 maio 2016.

\_\_\_\_\_. **História da UNE**. 2011b. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>>. Acesso em: 15 maio 2016.

VEIGA, Zilah de Passos Alencastro. **As Instâncias Colegiadas da Escola**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. (Orgs.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2007. p. 113-126.

VITÓRIA, **Lei Orgânica do Município de Vitória**. Publicada dia 05 de abril de 1990.

\_\_\_\_\_, **Portaria SEME Nº 048/2017**. Publicada dia 01 de dezembro de 2017a. Institui o ano de 2017 como o Ano da Valorização da vida e cultura de paz no cotidiano escolar.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes curriculares do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos de Vitória**. Prefeitura Municipal de Vitória. Secretaria de Educação – Vitória/SEME, 317p. 2016, versão



digital.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes curriculares educação infantil de Vitória.** Prefeitura Municipal de Vitória. Secretaria Municipal de Educação. 80P, 2017, versão digital.



Secretaria de  
**Educação**



PREFEITURA DE  
**VITÓRIA**